

# RESISTÊNCIA E/Y MEMÓRIA

PERSPECTIVAS IBERO-AMERICANAS

Coordenação de

Paula Godinho, Inês Fonseca e João Baía



## **FICHA TÉCNICA**

Organização: IHC - Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Coordenação:

Paula Godinho, Inês Fonseca e João Baía

Formatação e Design:

Ana Prata

Capa (imagens):

António Alves e Vera Correia, Pintura de um mural realizado no âmbito do Projeto «40 anos, 40 murais», em Alcântara (16 de Março de 2014).

**ISBN: 978-972-96844-3-2**

Para citar este e-book:

GODINHO Paula, FONSECA, Inês e BAÍA, João, (Coords.), (2014), *Resistência e/y Memória - Perspectivas Ibero-Americanas* [Documento electrónico], Lisboa: IHC-FCSH/UNL.

© 2015. Instituto de História Contemporânea.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projecto UID/HIS/04209/2013.



# **RESISTÊNCIA E/Y MEMÓRIA**

**PERSPECTIVAS IBERO-AMERICANAS**

**COORDENAÇÃO DE:**

Paula Godinho

Inês Fonseca

João Baía

## ÍNDICE

APRESENTAÇÃO .....	1
<b>1. MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: TEORIA E MÉTODOS .....</b>	<b>4</b>
<i>Tempo, memória e resistência</i>	
Paula Godinho .....	5
<i>Argentina 1976-1983: la oposición obrera a la dictadura en la memoria de cinco trabajadores</i>	
Pablo A. Pozzi .....	16
<i>Ética, memória e silenciamentos: a militância política em contexto de tortura à luz das fontes orais</i>	
Miguel Cardina .....	28
<i>Memória da resistência ao Estado Novo num tempo sem tempo para a memória</i>	
Rui Bebiano .....	41
<i>O revisionismo histórico em Portugal: origens e efeitos na memória da Revolução e do Estado Novo</i>	
Luciana Soutelo .....	48
<b>2. DITADURAS, REVOLUÇÕES E TRANSIÇÕES.....</b>	<b>58</b>
<i>Los testimonios recuperados de los jueces contra el franquismo</i>	
Pilar Díaz Sánchez .....	59
<i>Memorias individuales de acciones colectivas – La Coordinadora Obrero Estudiantil durante el Tucumanazo (1969-1972)</i>	
Rubén Isidoro Kotler .....	70
<i>Memória – potencialidades e interditos entre os dirigentes da luta armada</i>	
Ana Sofia Ferreira .....	84
<i>Memorias del sindicalismo socialista durante la transición española</i>	
Pilar Domínguez Prats .....	93
<i>O 25 de abril, a Marinha e uma rede clandestina</i>	
Luísa Tiago Oliveira .....	105
<b>3. TRANSMISSÃO, SOCIEDADE E FAMÍLIA.....</b>	<b>122</b>
<i>Memória e resistência da cultura seringueira (1976-2011)</i>	
Marcos Montysuma.....	123
<i>Inspiração doméstica. As formas familiares de transmissão da militância política entre o operariado português durante o Estado Novo</i>	
Bruno Monteiro .....	131
<i>Biografía de Miguel Burgas, el primer diputado comunista argentino</i>	
Mariana Mastrángelo .....	142
<i>“Sobre isso, você devia era entrevistar a minha irmã” - A família Flor e os ditos e não ditos sobre a críse da Lisnave na década de 1980</i>	
Inês Fonseca .....	151
<i>Notas hacia una conceptualización del exilio obrero chileno: marcas y claves identitarias</i>	
Mónica Gatica.....	162

---

<i>Lutas pelo passado e usos do passado em contexto de inovação industrial: o bicentenário da fábrica Stephens na Marinha Grande</i>	
Emília Margarida Marques.....	178
<b>4. O GÉNERO DAS MEMÓRIAS.....</b>	<b>190</b>
<i>Voces de mujeres del movimiento social en Argentina. Perspectivas y experiencias</i>	
Cristina Viano.....	191
<i>Memórias femininas da ditadura chilena: resistência e contra-hegemonia</i>	
Sónia Ferreira.....	202
<i>O mergulho na clandestinidade</i>	
Vanessa de Almeida.....	214
<i>Literatura sem cordel: 3 páginas e AVoz das Camaradas das Casas do Partido. Espaços de formação na clandestinidade comunista</i>	
Cristina Nogueira.....	225
<b>5. LIMIARES E LUGARES DE MEMÓRIA.....</b>	<b>239</b>
<i>Fronteiras de lutas e memórias: as narrativas do passado nos conflitos do presente na fronteira Paraguai-Brasil</i>	
José Lindomar C. Albuquerque.....	240
<i>Memórias e resistências na guerra civil de Espanha: processos de emblematização na raia luso-espanhola</i>	
Dulce Simões.....	252
<i>Contrabando na raia da Idanha: entre as máscaras da ilegalidade e os discursos nacionalistas</i>	
Eduarda Rovisco.....	263
<i>Lisboa, cidade de resistência.</i>	
Maria Alice Samara.....	272
<b>6. USOS POLÍTICOS DA MEMÓRIA.....</b>	<b>278</b>
<i>Capturar o passado. Etnografar a revolução portuguesa de 1974</i>	
Sónia Vespeira de Almeida.....	279
<i>Historiografia e Resistência: historiadores críticos do golpe de 1964 e da ditadura</i>	
Lucileide Costa Cardodo.....	292
<i>Los lugares de memoria en España: una perspectiva espacial de estudio</i>	
Sergio Claudio González García.....	304
<i>El descanso de los muertos. Territorios del morir y del permanecer</i>	
María García Alonso.....	315
<i>Revisão e revisionismo na historiografia brasileira contemporânea</i>	
Carlos Zacarias de Sena Júnior.....	325



## MEMÓRIA DA RESISTÊNCIA AO ESTADO NOVO NUM TEMPO SEM TEMPO PARA A MEMÓRIA.

Rui Bebiano.

FLUC / CES / CD25Abril

Os dezanove meses do «biénio revolucionário» que mediaram entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro constituíram um período durante o qual a observação do passado mais próximo esteve simultaneamente presente e ausente. A necessidade de um ajuste de contas com o regime anterior, própria dos períodos revolucionários, foi sendo confrontada com prioridades políticas que lhe retiraram o carácter de urgência. Esta intervenção procura dialogar com essa contradição, buscando compreendê-la.

Após uma viragem histórica brusca que contém nos seus antecedentes a memória da repressão e da violência, e ao mesmo tempo integra uma vivência intensa da esperança e da resistência, a explosão de júbilo que acompanha a experiência da libertação comporta sempre a vontade de punir os representantes reais ou simbólicos da ordem derrubada. Este momento ocorre em regra numa duração relativamente curta, acompanhando a fase mais enérgica e decisiva da reconfiguração da ordem política. Os grandes momentos de viragem, em particular quando a liberdade derrota a tirania, conhecem sempre essa dupla dimensão de remissão e desagravo.

Porém, passado esse momento de elevada intensidade, a memória e a vivência traumática do passado convergem numa nova fase, de certo modo de refluxo, suscitando uma atitude diversa, muitas vezes pautada pela omissão ou pelo silenciamento de um tempo que começa a parecer preferível deixar para trás e esquecer, uma vez que lembrá-lo pode perturbar a normalização da nova ordem e acarreta uma penalização daqueles que nele desempenharam o papel de vítimas (Ribeiro, 2010). Refiro três circunstâncias históricas bastante conhecidas que configuraram este modelo: a Libertação da França e o fim da República de Vichy (a braços com episódios complexos e difíceis, que envolvem a história paralela da Resistência e da Colaboração); a Transição Democrática em Espanha (associada ao esbatimento dos vestígios e ao esconjuro dos fantasmas da Guerra Civil e do franquismo); e a experiência da memória e da história do Holocausto. Concentro-me neste último exemplo para uma curta reflexão que pode ajudar-nos a interpretar o que entre nós ocorreu após o 25 de Abril.

Olhando a memória da Shoah, conhece-se a existência de um longo lapso de tempo, que mediou sensivelmente entre o início da década de 1950 e o ano de 1978, a data de difusão da série televisiva *Holocausto*, seguida em 1985 do memorável documentário filmico de Claude Lanzmann, durante o qual a sua evocação pública não só foi deliberadamente omitida, como aqueles que procuraram contrariar essa omissão se acharam isolados. A divulgação de algumas narrativas testemunhais, como *Noite*, de Elie

Wiesel (1955), *Se isto é um homem*, de Primo Levi (1946, devidamente editada apenas em 1958), e *A longa viagem*, de Jorge Semprun (1963), ou não havia sido suficiente, nessa fase histórica, para assegurar a atenção dos cidadãos e da comunidade dos historiadores para o que tinha acontecido. Em 1947, Robert Antelme publicara *L'Espèce Humaine*, um dos primeiros grandes testemunhos, onde escrevia: «Trazíamos connosco a nossa memória, a nossa memória vivíssima, e sentíamos um desejo frenético de a dizer tal qual.» (Antelme, 2004: 9) É bem conhecido, aliás, o drama pessoal de Primo Levi: os doze anos que teve de esperar para sair uma edição condigna do seu relato esmagador; o sofrimento com o qual acompanhou o desinteresse da crítica em relação ao seu testemunho pessoal; e a impotência que experimentou para conseguir ajustar contas públicas com o passado, carregada como um insuportável fardo até ao suicídio.

A observação desta dificuldade em fazer ouvir a voz dos testemunhos particularmente dolorosos, remete para o muro de silêncio que tende a cobrir a *memória traumática* de um tempo difícil de opressão e resistência, diante da qual se constrói um consenso sobre a necessidade de «ser melhor esquecer». O silêncio envolvendo a memória do Gulag integra em larga medida essa característica (Bebiano, 2013). E o antropólogo e poeta Luís Quintais, ao abordar situações de stress pós-traumático relacionadas com a Guerra Colonial, fala a esse propósito da criação de um «estado de naufrágio» traduzido numa recusa da história (Quintais, 2000). Desenvolve-se então uma *política do silêncio* materializada a três níveis:

Num primeiro nível, o *pragmatismo político*, associado à estabilização de uma nova ordem constitucional mas também a um compromisso negociado com o passado e os seus representantes, tende a desqualificar ou a ignorar os sinais desse passado que podem perturbar a sua eficácia. Um bom exemplo é o que aconteceu em Espanha com o *Pacto del Silencio* ou *del Olvido*, que marcou poderosamente a fase de transição democrática na era pós-Franco (Colmeiro, 2005). A ordem política emergente vê na evocação desse tempo um possível fator de instabilidade e toca-o com pinças, apenas na medida em que pode servir, depois de cuidadosamente depurado, como fator da sua própria legitimação.

Num segundo nível, ocorre uma resposta coletiva a um trauma partilhado. No ensaio *O problema da culpa*, Karl Jaspers fala das diferentes dimensões deste sentimento (a culpa criminal, a política, a moral e a metafísica), vinculando particularmente uma delas, a *culpa metafísica*, a uma noção socialmente partilhada de responsabilidade pela violência exercida sobre os outros e pela vontade de a exorcizar. Não a negando mas recusando qualquer responsabilidade individual e omitindo-a de modo a negar qualquer cumplicidade, num movimento de fuga para a frente.

Num terceiro nível define-se uma dificuldade temporária em resolver de forma adequada, neste tipo de situação, o *binómio memória-história*. A diferença entre as duas categorias esbate-se à medida que o tempo, o «grande escultor» do qual falava Marguerite Yourcenar, vai fazendo o seu trabalho, quer sobre os detentores do testemunho, quer sobre os historiadores que têm o dever de o trabalhar no plano profissional. Este processo é consabidamente demorado e desenvolve-se, em boa parte, à medida que o



distanciamento e a reflexão política sobre o passado vão sendo integrados no campo daquilo a que Amos Funkenstein chama a *consciência histórica* (Funkenstein, 1989). A essa morosidade se encontra vinculada, pois, uma parte da responsabilidade pela construção de um período de luto durante o qual boa parte do passado recente é deliberadamente omitida pelos historiadores.

Podemos dizer que esta via foi seguida também em Portugal ao longo do período que medeia entre o 25 de Abril e os meados da década de 1990, quando a afirmação dessa *consciência histórica* começou, gradualmente, a admitir a abordagem de temas até aí praticamente tabu, como as organizações políticas e repressivas do Estado Novo na sua parte final, as dinâmicas e os dilemas da Guerra Colonial, a biografia do Salazar e do salazarismo dos últimos anos, e o próprio trajeto político e orgânico das oposições na fase final do regime. Até aí, esses assuntos foram abordados de forma sempre esparsa, sem um estudo sistemático e uma exposição pública que rompessem de facto o muro indizível mas efetivo do silêncio.

Todavia, esta não foi a situação vivida durante os dezanove meses, contados entre o 25 de Abril de 1974 e o 25 de Novembro de 1975, ao longo dos quais uma das primeiras formas de legitimação do novo regime passou pela sua vinculação à necessidade – condicionada pela atividade dos partidos, pela evolução do MFA e sobretudo pelas dinâmicas do movimento popular – de impor um estado de rutura em relação a um passado, fosse ele imediato, próximo ou mesmo um pouco mais distante. Um passado associado, na memória da larga maioria dos portugueses, e ainda que em graus diversos, à ausência de liberdade, à repressão política, à privação de direitos, à exploração do trabalho e à continuidade de uma guerra tomada como injusta.

Este é ainda *um tempo de mudança*, um tempo claramente instável no decurso do qual a verbalização da memória de um passado mais ou menos recente é fator constitutivo essencial da nova ordem política, se bem que esta verbalização não possa ainda ser acompanhada por um referencial histórico alargado e consistente.

Este tempo é, como disse no início, caracterizado pela euforia e pela vontade de remissão, nele emergindo, neste contexto, quatro padrões de discurso: um *discurso de denúncia*, associado à culpabilização dos responsáveis pela opressão vivida e pelos seus executantes; um *discurso vitimizante*, ancorado numa vontade de reconhecimento público do sofrimento passado, por vezes articulado com um *relato heroico* capaz de prestar justiça aos que resistiram (veja-se a contabilidade repetidamente exposta em atos públicos dos anos de prisão ou, no extremo oposto, os relatos dos falsos resistentes); um *discurso celebratório*, apoiado na construção vitoriosa, então em curso, de uma nova ordem política que demolia a anterior; e um *discurso emancipatório*, ajustado a um combate ainda a decorrer e que não só carecia de legitimação como deveria prosseguir para novas e decisivas etapas, sem as quais – e esta era uma ideia recorrente – seria mais ou menos inevitável um regresso ao passado.

Estes quatro padrões de discurso acompanham, ao longo do período revolucionário, a evocação progressiva, alargada a um número cada vez maior de cidadãos, das experiências vividas no regime anterior, da identificação dos seus responsáveis e executantes, e da ligação entre essa experiência relembrada e a própria complexidade das dinâmicas do processo político que se encontrava a decorrer. Podemos encontrar estes sinais num conjunto de áreas.

Em primeiro lugar, a comunicação social, liberta agora da censura, toma rapidamente em mãos a tarefa de evocação e de denúncia associada a um trabalho testemunhal sobre uma memória ainda recente. A imprensa (incluindo a regional e a associativa), a rádio, a televisão e o documentário cinematográfico acentuam esta forma de intervenção tornando-a omnipresente e fazendo com que a voz dos que haviam sido oprimidos se fizesse ouvir numa avalanche de relatos. A televisão, em particular, desempenhará um papel decisivo neste domínio com a apresentação regular de testemunhos, muitos deles de vozes anónimas, em regra associados a formas de luta em curso: os telejornais e alguns documentários, como *Caminhos da Liberdade*, um dos primeiros, transmitido em 1974 e contendo testemunhos de presos políticos e informações sobre a atuação da PIDE, foram instrumentais neste processo. Aliás, a RTP criará alguns meses após a revolução um Departamento dos Programas Políticos e Sociais, que em boa medida integrará sempre uma componente testemunhal.

Também a imprensa partidária se integra neste esforço, naturalmente, embora aqui a informação seja padronizada pelo jargão partidário ou pelas estratégias políticas em curso. Mas é comum, desde o *Povo Livre*, órgão do PPD, até aos jornais da extrema-esquerda – embora mais particularmente nas publicações do PCP por ser o partido com maior e mais dramático historial de resistência –, a vinculação de uma ligação essencial entre a memória de um passado ainda quente e as tarefas que, no sentido da sua superação, se colocavam de imediato no campo da intervenção política. O «regime caído a 25 de Abril», como de forma recorrente e eufemística era então designado, não parecia, neste domínio, ter deixado quaisquer sentimentos nostálgicos.

Por sua vez, o discurso dos dirigentes partidários, apesar de mais empenhado nas questões de estratégia colocadas de forma imediata, recorre também a esse padrão de ligação a uma evocação da memória. Todos se servem dela, embora tal seja mais acentuado nos partidos à esquerda do Partido Socialista, em particular no PCP, cuja identidade e definição orgânica e ideológica havia sido feita no combate duro e diário contra o regime anterior. No primeiro 1º de Maio em liberdade, Álvaro Cunhal foi claro a esse respeito, proclamando, em nome desse passado, a importância da mobilização dos comunistas para «a democratização da vida nacional» em consonância com um combate diário «contra o perigo da reação fascista, contra o perigo da contra-revolução» (Cunhal, 1974: 2). Ou seja, contra um passado ainda presente, que quer «levantar a cabeça», e não cessará de ser invocado em comunicados, comícios e sessões de esclarecimento.

Já o discurso dos representantes do Estado – em larga medida por rever com este padrão de análise em cima da mesa – também não deixou de considerar, principalmente na fase inicial do processo

revolucionário, o mesmo padrão de relacionamento entre presente e passado recente. Provavelmente consciente deste perigo, ou desta inevitabilidade, no primeiro discurso do 10 de Junho após o 25 de Abril, uma alocução muito breve pronunciada por António de Spínola na base militar da Ota, quando ainda pensava poder impedir a dimensão abertamente revolucionária que os acontecimentos viriam a tomar, este proclama que «não é altura de recordar o passado, no qual as Forças Armadas foram as grandes vítimas de uma política deficientemente orientada (...) no sentido do seu desprestígio» (Spínola, 1975: 64).

Os movimentos sociais que a revolução desencadeou contiveram também de uma forma constante, sinais vivos dessa memória. Desde o perigo, recorrentemente denunciado, do regresso dos executantes do regime anterior – encontramos na documentação referências constantes à possibilidade dos «pides e fascistas» retomarem o seu lugar, até à recorrente evocação da memória do sofrimento, da opressão e da perseguição diante de um patronato sempre apresentado como incapaz de abdicar dos seus privilégios e da sua forma de tratar os mais fracos. A luta social surge assim, em boa parte, como uma ação de resistência contra aqueles que procuravam manter os privilégios do passado e impedir o avanço de uma revolução desta maneira por cumprir.

As iniciativas da sociedade civil voltadas para um confronto com os vestígios do passado terão igualmente um papel importante neste diálogo ainda quente e emotivo com alguns dos sinais mais detestados do passado recente. Neste particular, a atitude perante o que estava a acontecer com a memória da atividade da PIDE-DGS – nomeadamente com o tratamento do seu arquivo – e o tratamento quase paternal dado aos seus ex-agentes, desempenha um papel decisivo. Antes ainda da criação do Tribunal Cívico Humberto Delgado (1976) e da Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo (1978), a Associação dos Ex-Presos Políticos Antifascistas (AEPPA), criada logo em 1974, procurou impedir que a diluição da memória permitisse o desaparecimento de informação e a desresponsabilização dos responsáveis, agentes e informadores da polícia política. Uma preocupação generalizada e que, aliás, começou muito cedo, como o comprova um memorando sobre o Serviço de Coordenação da PIDE/DGS e LP, apresentado ao Conselho da Revolução em Outubro de 1975, onde se refere a intervenção do então Capitão-Tenente Alpoim Calvão, logo a 26 de Abril de 1974, na sonegação de informação que deveria ter sido preservada, sendo sob sua responsabilidade «queimados documentos importantes, sobretudo ligados à rede de informação da PIDE/DGS» (Memorando, 1975). No mesmo documento se atesta ainda a tentativa de recuperação da PIDE para a criação de um projetado Serviço Nacional de Informação (proposta do general Galvão de Melo, membro da Junta de Salvação Nacional). Aliás, a justeza desta preocupação encontra-se hoje vastamente comprovada pelo facto de um único agente da polícia política, Casimiro Monteiro, ligado aos assassinatos de Humberto Delgado e de Eduardo Mondlane, ter sido julgado e condenado, para mais à revelia.

Muito útil ainda para aquilatar do processo de reformulação da memória preservada de um passado então ainda recente será também, com toda a certeza, um estudo que permita entender o processo que

conduziu, em inúmeras localidades do país, à profunda alteração da toponímia, e em particular aquela associada a vias ou espaços mais nobres ou mais utilizados. Sabendo-se, todavia, que este processo foi bastante irregular e diferenciado, consoante a região do país e o grau de equilíbrio que nela mantivessem as diferentes forças políticas em presença.

Durante o período revolucionário, as urgências da mudança e a proximidade de um passado necessariamente traumático, bem como as incertezas do próprio processo político, mantiveram assim a presença deste passado no quotidiano dos portugueses. Ao mesmo tempo, porém, as circunstâncias impediram uma reflexão devidamente documentada e criteriosa sobre a experiência acumulada. Destaco, para concluir, duas ideias que podem permitir lançar algumas reflexões acessórias sobre o papel da relação entre memória e história em ligação com as ocorrências deste período.

Por um lado, é necessário sublinhar a dificuldade necessariamente sentida por um discurso historiográfico que, na época, pretendesse abordar o período que acabava de ser encerrado. Em *O Passado, Modos de Usar*, Enzo Traverso recorda que «para ter lugar, a prática historiográfica exige um distanciamento, uma separação ou mesmo uma rutura com o passado, pelo menos na consciência dos contemporâneos», sendo esta uma premissa essencial para proceder a uma historicização, ou seja, uma perspetiva histórica do passado (Traverso, 2011). Mesmo os avanços teóricos trazidos pela chamada história do presente – à época, aliás, ainda a dar os primeiros passos, e de modo algum em Portugal – incluem essa possibilidade: a história tem sempre o passado como referente e este só pode ser entendido como tal se quem o observa o entender dessa maneira. Ora essa não era, de forma alguma, naquela época de intensa e dramática mudança, a situação dos historiadores ou dos interessados na observação da história recente: para estes, o tempo era ainda de viragem e o passado estava demasiado presente para ser percecionado como passado.

Basta lembrar a este respeito que o primeiro, e durante muito tempo o único, congresso académico sobre o salazarismo, *O Fascismo em Portugal*, organizado na Faculdade de Letras de Lisboa por iniciativa de Fernando Piteira Santos, Manuel Villaverde Cabral e António Costa Pinto, entre outros, apenas teve lugar em 1980 (Santos, 1982). E foi visto, na época e durante ainda alguns anos mais, com alguma desconfiança crítica por parte significativa da comunidade dos historiadores, que considerava ser ainda «muito cedo» para observar o Estado Novo, no seu todo, do ponto de vista documentado e compreensivo que é próprio do trabalho historiográfico.

A enunciação exacerbada e muitas vezes simplificada da atividade da Oposição e da resistência ao regime derrubado a 25 de Abril, revelada num registo essencialmente heroico e militante, muitas vezes instrumentalizado pelas forças políticas em presença, terá sido também um obstáculo a este trabalho de apropriação da memória do Estado Novo, sistematicamente confrontado com opções ideológicas ou formas de propaganda que dificultavam a construção de um discurso tanto quanto possível objetivo, isento e diversificado no plano temático.

Por outro lado, a observação da memória através do testemunho colocava também problemas. Em *Le Syndrome de Vichy*, o historiador Henry Rousso refere-a [à memória] como atravessando três etapas: «primeiro um acontecimento marcante, uma viragem, muitas vezes um trauma; depois uma fase de recalçamento, seguida, mais tarde ou mais cedo de uma [terceira fase, correspondendo a] uma inevitável anamnese, integrando o regresso do recalçado, que pode por vezes converter-se em obsessão memorial.» (Rousso, 1987: 17-18) Ora, como foi visto já, o nosso período revolucionário fez ainda parte daquele primeiro momento, o processo de viragem, contendo, pois, um conjunto de fatores e de processos que estavam ainda na fase de ser absorvidos pela memória (fosse esta a individual, fosse a partilhada). A urgência da mudança, e os objetivos do combate político e social, onde a luta «contra o fascismo» foi substituída pela luta «contra a reação», que era também, inúmeras vezes, a luta «contra a burguesia, o capitalismo e o colonialismo», sobrepuseram-se à possibilidade um inventário rigoroso e tão objetivo quanto possível, impedindo o acesso, mesmo no plano testemunhal, a uma memória forte que permanecia em construção.

Por isso pode dizer-se que os dezanove meses da revolução foram vividos como um tempo sem tempo para a memória. A sua recuperação tem sido, de facto, um esforço ainda relativamente recente, pois já só neste século pôde contar com o contributo assumido, e menos sujeito a constrangimentos de natureza disciplinar, dos historiadores.

## Bibliografia

- ANTELME, Robert, (2004), *L'espece humaine*. Paris, Gallimard.
- BEBIANO, Rui, (2013), «“O cativo constrói” - A ideia de redenção na literatura do Gulag», in *Holodomor. A Desconhecida Tragédia Ucrâniana (1932-1933)*, org. de Béata Cieszyńska e José Eduardo Franco. Coimbra, Grácio Editor: 183-190.
- COLMEIRO, José F., (2005), *Memoria histórica e identidad cultural. De la pstrguerra a la postmodernidad*. Barcelona, Anthropos.
- CUNHAL, Álvaro, (1974), *Discurso de Álvaro Cunhal no 1º de maio de 1974 em Lisboa. S.l., s.e.*
- FUNKENSTEIN, Amos, (1989), “Collective Memory and Historical Consciousness”, *History and Memory*, vol. I. Bloomington, Indiana University Press: 5-26.
- Memorando sobre o Serviço de Coordenação de Extinção da PIDE/DGS e LP, apresentado no Conselho da Revolução em 16/10/1975, 1975*. Lisboa, EMGFA- SCE.PIDE/DGS e LP. [Arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril]
- QUINTAIS, Luís, (2000), *As guerras coloniais portuguesas e a invenção da história: memória e trauma numa unidade psiquiátrica*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- RIBEIRO, António Sousa, (2010), “Memória, identidade e representação: os limites da teoria e a construção do testemunho”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 88: 9-21.
- ROUSSO, Henry, (1987), *Le syndrome de Vichy (1944-1987)*. Paris, Seuil.
- SANTOS, Fernando Piteira; CABRAL, Manuel Villaverde; e PINTO, António Costa, (1982), *O Fascismo em Portugal*, Actas do Colóquio, FLUL, Mar. 1980, Lisboa, A Regra do Jogo.
- SPÍNOLA, António de, (1975), «Discurso de 10 de Junho de 1974», *Dossier 2º República*, org. de Fernando Ribeiro de Mello, vol. I. Lisboa, Afrodite: 63-66.
- TRAVERSO, Enzo, (2011), *L'Histoire comme champ de bataille. Interpréter les violences du XXe siècle*. Paris, La Découverte.